

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Guaiba

Projeto de: Let 11º 038/02	
Espécie do Expediente: "Dispõe sobre a alteração da lei 1.608/2001	
que regulamenta a Estrutura Administrativa Municipal."	DB5C
	5D935
	1305
Proponente: Executivo Municipal	D54FC
Data de Entrada 04 / julho / 2002.	adepdf C5002FA87C4A52D54FC13C55D935DB5
Protocolado sob n.º 2220 - fi 28 Andamento Em S.O. de 09.07.02 baixou a Secretaria. Oss. In 6.O. ob. 08. oz baixou as Conimos Jutup 2 Udeces; Obras 2 Gunip Pillus. Rom Em 5.O. de 27.08.02 foi aprovado por unanimidade o projeto substitu	ticidadepar DE: C5002F
Andamento	s://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autentroid: CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE:
Sur G.D. 06.08.02 baixas as Comismos Fitters	v.br/po
Pudeces: Olras e Suries Paillics. Rom	A.rs.go
Em 5.0. de 27.08.02 foi aprovado por unanimidade e projeto substito	RIFICA
, Figure 9 990)[1	Samara DE VE
1649 02 B	WWW.
Munic	rittps://
Cautivo	DE EM 028459
——————————————————————————————————————	CIDAL TO: 0
PLE 038/2002 - AUTORIA:	CODIGO DO DOCUMENTO
00 - Al	O DOC
03/8/20	IGO D
	COD COD
	100





Oficio/GAB/379/2002

Guaiba (RS), 04 de julho de 2.002.

Excelentíssimo Senhor Presidente

Ao cumprimentá-lo, estamos enviando para apreciação desta Colenda Câmara o "Projeto de Lei nº 038/2002 que "Dispõe sobre a alteração da Lei que regulamenta a Estrutura Administrativa Municipal".

O presente projeto de Lei tem como objetivo a alteração da nomenclatura da atual Secretaria Municipal de Ação Social para Secretaria Municipal de Assistência Social, pois existem verbas federais e estaduais a serem destinadas a esta Secretaria que não tem sido repassadas por causa da atual nomenclatura.

Sendo assim necessário é a alteração para que outras e mais verbas aportem nesta Secretaria e até para que a mesma possa desempenhar melhor suas atividades assistenciais que como sabemos é de extrema importância e que tem crescido a cada dia.

Sendo o que nos apresentava para o momento e contando com o apoio de sempre, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

MANOEL STRINGHINI
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Ver. OLMES OSCAR DA SILVEIRA
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Guaíba – RS

RECEBIDO
04/04/02
17:20HORAS
SECRETARIA





PROJETO DE LEI Nº 038/2002

sobre a alteração Lei 1.608/2001 que regulamenta a Estrutura Administrativa Municipal"

MANOEL STRINGHINI, Prefeito Municipal de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

FACO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, no uso de minhas atribuições legais e que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º - O item "9" do inciso II do artigo 11 da Lei que reorganiza a estrutura administrativa Municipal, aprovado pela Lei 1.608 de 03 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	11	
III		

- 9. Secretaria Municipal de Assistência Social;" (NR)
- Art. 2º O item 9 do inciso II do capítulo III da Lei que reorganiza a estrutura administrativa Municipal, aprovado pela Lei 1.608 de 03 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

- "9. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL" (NRadious)

 Art. 3º O artigo 28 da Lei que reorganiza a estrutura administrativa Municipal, aprovada pela Lei 1.608 de 03 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

 "Art. 28 Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social elaborar a política de assistência social no município; desenvolvado programas destinados a oportunizar atendimentos preventivos terapêuticos e assistenciais, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos carentes em geral, através de um processo sócio-educativo que se su processo







permita à criança e ao adolescente, um desenvolvimento integral e uma preparação para ingresso na sociedade produtiva e, aos demais assistidos, melhores condições de vida, buscando sempre a harmonia e bem estar social; manter convênios com outros órgãos públicos e particulares para a execução dos programas assistenciais, superintender as distribuições de auxílio para alimentação e agasalho, a melhoria de habitação e outros benefícios voltados à população carente; apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelos conselhos municipais que atuam na área social.

§ Único – A Secretaria Municipal de Assistência Social é composta pelos seguintes órgãos:

- 10.1 Departamento de Estudos, Programas e Projetos
- 10.2 Departamento de Triagem, Atendimento e Orientação
- 10.3 Departamento de Assistência Social" (NR)

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍBA, em

MANOEL STRINGHINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.







LEI nº 1.608/2001

Reorganiza a estrutura administrativa do Município de Guaíba e dá outras providências.

MANOEL STRINGHINI, Prefeito Municipal de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte

LEI

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

- Art. 1º O Município adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Municipal.
- **Art. 2º** As atividades da Administração Municipal e especialmente a execução de planos e programas de governo serão objeto de permanente coordenação.
- **Art.** 3º A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante a atuação das chefias individuais e a realização sistemática de reuniões com a participação dos secretários municipais e chefias subordinadas por iniciativa da Secretaria do Planejamento e Coordenação.
- **Art. 4º** O Município recorrerá a pessoas ou entidades públicas e privadas, para a execução das obras e serviços, somente quando esgotada a capacidade dos serviços próprios municipais, mediante contrato, concessão, permissão ou convênio, de conformidade com a lei de licitações, de forma a alcançar o melhor rendimento, evitando novos encargos permanentes e ampliação desnecessária do quadro de servidores.
- Art. 5º A Administração Municipal, além dos controles formais concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares, deverá dispor de instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados da atuação dos diversos órgãos e agentes.
- Art. 6º Os servidores municipais deverão ser permanentemente atualizados, visando à modernização e racionalização dos métodos de trabalho, com objetivo de proporcionar



melhor atendimento ao público, através de rápidas decisões, sempre que possível com execução imediata.

- Art. 7º Para a execução de seus programas, o Município poderá utilizar-se de recursos colocados à sua disposição por entidades públicas e privadas ou consorciar-se com outras entidades para a solução dos problemas comuns e melhor aproveitamento de recursos financeiros e técnicos, observadas as disposições Constitucionais e da Lei Orgânica e legislação específica, se houver.
- Art. 8º A Administração Municipal deverá promover a integração da comunidade na vida política-administrativa do Município, através de órgãos coletivos compostos de servidores municipais, representantes de outras esferas do governo e municípios com atuação destacada na coletividade ou conhecimento específico de problemas sociais.
- Art. 9º O Município procurará elevar a produtividade de seus servidores, evitando o crescimento de seu quadro funcional, através de seleção rigorosa de novos servidores, treinamento e aperfeiçoamento existentes a fim de possibilitar o estabelecimento de níveis de remuneração e ascensão sistemática a funções superiores.
- Art. 10 Na elaboração e execução de seus programas, o Município estabelecerá o critério de prioridade, segundo a necessidade da obra ou serviço e o atendimento do interesse coletivo.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 11 - A Organização Administrativa do Município de Guaíba é a seguinte:

I- Órgãos de Assessoramento

- 1. Gabinete do Prefeito
- 2. Gabinete do Vice-Prefeito
- Procuradoria Geral do Município 3.
- 4. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 5. Conselho Municipal da Saúde
- 6. Conselho Municipal de Plano Diretor e Desenvolvimento Integrado
- 7. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
- 8. Conselho Municipal de Entorpecentes
- 9. Conselho Municipal de Direitos da Mulher
- 10. Conselho Municipal de Educação
- Conselho Municipal de Assistência Social 11.
- Comissão Municipal de Defesa Civil 12.
- 13. Comissão Municipal de Licitações
- 14. Comissão Municipal de Transportes
- 15. Conselho Municipal de Segurança Pública







- 16. Conselho Municipal de Habitação
- 17. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

II- Órgãos de Administração Central

- 1. Secretaria do Município
- Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
- 3. Secretaria Municipal da Fazenda
- 4. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

III- Órgãos de Administração Específica

- 1. Secretaria Municipal de Educação
- 2. Secretaria Municipal dos Transporte
- Secretaria Municipal da Saúde
- Secretaria Municipal de Obras
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Turismo, Desporto e Cultura
- 7. Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Emprego
- Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano
- 9. Secretaria Municipal de Ação Social

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

I - Órgãos de Assessoramento

1. GABINETE DO PREFEITO

Art. 12 - Ao Gabinete do Prefeito compete assistir ao Prefeito em suas relações com a União, Estados, Municípios, entidades, associações de classe, órgãos da administração municipal; prestar-lhes os serviços burocráticos no preparo, expedição e arquivamento dos seus atos; exercer as atividades de relações públicas e de contatos com a imprensa; prestar-lhe assessoria e organizar os planos e programas de administração municipal;

§ Único - O Gabinete do Prefeito é composto dos seguintes órgãos:

- Chefia de Gabinete
- Seção de Alistamento Militar
- Assessoria de Relações Públicas
- Assessoria de Imprensa
- Sistema de Controle Interno

2. GABINETE DO VICE-PREFEITO





Gestão 2001/2004

Art. 13 - Ao Gabinete do Vice-Prefeito compete assessorar o Prefeito no planejamento, organização e coordenação das atividades do Município; acompanhar nas repartições municipais, o andamento das atribuições determinadas pelo Prefeito; coordenar o

matéria de competência do Gabinete e exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas na lei, regulamentos ou ações atribuídas ao Prefeito e que se coadunem com seu correct supervisionem as atividades des acondenadorios.

assessoramento técnico do Gabinete do Prefeito; dar assessoramento ao Prefeito no exame e decisão dos assuntos político-administrativos submetidos à sua deliberação; opinar sobre

cargo; supervisionar as atividades das coordenadorias.

3. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 14 - A Procuradoria Geral do Município tem por finalidade representar o Município em qualquer ação ou processo judicial ou extrajudicial em que seja autor, réu, assistente, oponente ou de qualquer forma interessado; promover a cobrança da dívida ativa do Município; promover desapropriações amigáveis ou judiciais; emitir parecer singular ou coletivo sobre questões jurídicas submetidas a exame do Prefeito, Secretários do Município e demais titulares de órgãos diretamente a ele subordinados; assistir o Município nas transações imobiliárias e em qualquer ato jurídico; estudar, elaborar, redigir e examinar anteprojetos e projetos de lei, decretos e regulamentos assim como minutas de contratos, escrituras, convênios e quaisquer outros atos jurídicos; orientar e controlar, mediante a expedição de normas, a aplicação e incidência das leis e regulamentos; assessorar licitações, processos administrativos disciplinares e sindicâncias, fixar as medidas que julgar necessárias para a uniformização da jurisprudência administrativa e promover a consolidação da legislação municipal; centralizar a orientação e trato da matéria jurídica no Município.

§ Único - A Procuradoria Geral do Município é composta dos seguintes órgãos:

- 3.1- Departamento de Expediente
- 3.2- Departamento Contencioso Administrativo
- 3.3- Departamento Contencioso Judicial

4. DOS CONSELHOS E COMISSÕES MUNICIPAIS

Art. 15 - Os Conselhos Municipais são órgãos de assessoramento do Prefeito, regidos por disposições legais e regimentais, que lhe definem a competência, sua composição, os meios de atuar, os fins a atingir e o seu funcionamento.

II - Órgão de Administração Central

SECRETARIA DO MUNICÍPIO

Art. 16 - A Secretaria do Município cabe o assessoramento direto ao Prefeito nas questões do gabinete relativas/as relações públicas e políticas, na qual se inclui o exame prévio de





toda a matéria de ordem legal a ser proposta ou editada; atendimento das pessoas e autoridades que visitam a Prefeitura; encaminhamento de soluções de questões relativas ao Gabinete e as diversas repartições da Prefeitura.

- 2. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
- Art. 17 A Secretaria Municipal de Administração e de Recursos Humanos é o órgão encarregado da execução das atividades-meio da Prefeitura concernentes à pessoal, compras, almoxarifado interno, expediente, comunicações, arquivo e protocolo geral, processamento de dados, segurança e patrimônio do Município e refeitório.
- § único A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos é composta dos seguintes órgãos:
 - 2.1 Departamento de Licitações
 - 2.2 Departamento de Compras
 - 2.3 Departamento de Administração Geral
 - 2.3.1 Seção de Expediente
 - 2.3.2 Seção de Protocolo e Arquivo
 - 2.4 Departamento de Recursos Humanos
 - 2.4.1 Seção de Registro Funcional
 - 2.4.2 Seção de Folha de Pagamento
 - 2.4.3 Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos
 - 2.5 Centro de Processamento de Dados
 - 2.6 Departamento de Controle Patrimonial
 - 2.7 Departamento de Segurança Patrimonial
 - 2.8 Departamento de Refeitório
 - 3. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Art. 18 - A Secretaria Municipal da Fazenda compete executar as atividades-meio relativas à política econômico-financeira do Município; exercer as atividades referentes ao lançamento, à arrecadação e a fiscalização dos tributos e rendas; guardar e movimentar os valores do Município; proceder ao registro contábil da administração financeira, patrimonial



e orçamentária do Município; fiscalizar o trabalho dos órgãos da administração encarregados do recebimento de valores; exercer o assessoramento geral em assuntos econômico-financeiros.

- § Único A Secretaria Municipal da Fazenda é composta dos seguintes órgãos:
 - 3.1 Assistência Técnica da Secretaria da Fazenda
 - 3.2 Departamento de Administração Financeira
 - 3.2.1 Seção de Despesa
 - 3.2.2 Seção de Contabilidade
 - 3.2.3 Tesouraria
 - 3.3 Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação
 - 3.3.1 Seção de Tributos e Fiscalização
 - 3.3.2 Seção de Arrecadação
 - 4. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO.

Art. 19 - Compete à Secretaria Municipal do Planejamento e Coordenação, orientar e dirigir a elaboração de planos e programas referentes ao desenvolvimento do Município; gerenciar a política de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor e Plano Básico de Alturas. Elaborar coordenar e acompanhar a implantação do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município. Elaborar o Plano Plurianual de Investimentos. Elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Elaborar a Proposta Orçamentária Anual. Elaborar Quadro de Indicadores de Desempenho e Relatórios Periódicos de Avaliação, desenvolver estudos e projetos para atualização permanente do Cadastro Imobiliário Fiscal e Estrutura Fundiária (Loteamentos e Condomínios). Elaborar e coordenar o processo de planejamento da administração do uso do solo urbano público nos aspectos físicos, econômicos e institucionais. Manter contatos com entidades estaduais, federais e internacionais, com vistas à implementação de programas de interesse do Município. Elaborar propostas de modernização administrativa e operacional buscando a eficiência e eficácia, possibilitando a integração destas políticas do Governo Municipal.

- **§ Único -** A Secretaria Municipal de Planejamento e coordenação é composta dos seguintes órgãos:
 - 4.1 Departamento de Elaboração de Estudos, Planos e Programas
 - 4.2 Departamento de Controle Urbanístico
 - 4.3 Departamento de Cadastro Imobiliário Fiscal
 - 4.4 Departamento de Orçamento e Controle

III - Dos Órgãos da Administração Específica 1. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO





Prefeitura Municipal de Guaiba ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

"O povo construindo cidadania" Gestão 2001/2004

Art. 20 - Compete à Secretaria Municipal de Educação exercer todas as atividades relativas à educação; elaborar programas de educação e promover convênios para a sua execução; promover ou supervisionar pesquisas de natureza educacional; promover iniciativas e atividades de orientação pedagógicas; administrar os prédios escolares municipais; programar a construção de novos prédios escolares; manter ou auxiliar a manutenção dos serviços de merenda escolar, ter a seu cargo atividades referentes a auxílio escolar do Município e promover no âmbito das escolas municipais, esportes, a educação física e a recreação; assessorar as creches municipais, no que tange aos aspectos pedagógicos.

§ Único - A Secretaria Municipal de Educação é composta dos seguintes órgãos:

1.1 - Coordenação Técnico-Pedagógica

1.1.1 - Grupo Funcional de Ativação e Avaliação

1.1.2 - Grupo Funcional de Ação Complementar

1.2 - Coordenação Técnico Administrativa

1.2.1 - Grupo Funcional de Controle Técnico-Administrativo

1.2.2 - Grupo Funcional de Merenda Escolar

2. SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES

Art. 21 - Compete à Secretaria Municipal dos Transportes superintender o serviço de transporte coletivo de competência do Município e o serviço de automóvel de aluguel, o trânsito e respectiva sinalização; exercer a fiscalização sobre os coletivos e automóveis de aluguel; manter o registro e controle dos veículos de propriedade do Município; distribuir os veículos em caráter efetivo aos diversos órgãos municipais: coordenar o lançamento de veículos para os serviços eventuais: manter o suprimento de combustível e lubrificante: executar a construção de abrigos para o público usuário de transporte coletivo; manter o registro das empresas de transporte coletivo, táxis; vistoriar, periodicamente os veículos de transporte de aluguel; executar e coordenar estudos do trânsito municipal; determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos, bem como os estacionamentos de táxis e demais veículos; efetuar reparos nos veículos e máquinas do Município; promover a guarda, o abastecimento, a lubrificação e lavagem dos veículos municipais; controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes; escalonar os motoristas nos diversos veículos da Prefeitura, controlando suas atividades; elaboração do Plano Diretor de Circulação Urbana; implantação de estacionamento rotativo pago; exercer o policiamento ostensivo do trânsito. § Único - A Secretaria Municipal dos Transportes é composta dos seguintes órgãos:

- 2.1 Departamento de Transporte Público
 - 2.1.1 Seção de Planejamento de Transporte
 - 2.1.2 Seção de Cadastro e Informação
 - 2.1.3 Seção de Fiscalização e Vistoria
- 2.2 Departamento de Trânsito
 - 2.2.1 Seção de Oficina e Abastecimento



"O povo construindo cidadania" Gestão 2001/2004

2.2.2 - Seção de Fiscalização

2.2.3 - Seção de Educação para o Trânsito

3. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Art. 22 - A Secretaria Municipal da Saúde compete: participar da elaboração do Plano Municipal de Saúde, elaborar o planejamento da assistência médico/social a ser prestada aos servidores municipais e aos seus dependentes; participar da elaboração de diretrizes para a política de recursos humanos da saúde, em âmbito municipal; participar da elaboração, da programação e orçamentação da saúde; participar da realização de estudos, investigações e pesquisas com vistas à descoberta das causas geradoras de enfermidade e mal-estar, sugerindo medidas de prevenção e controle; participar das atividades administrativas do Conselho Municipal de Saúde e do Fundo Municipal da Saúde; elaborar estratégias de atuação na política de saúde, em âmbito municipal; dar assistência médica e dentária aos alunos das escolas municipais; manter convênios com órgãos públicos e particulares para a execução de campanhas de saúde pública; supervisionar o funcionamento dos ambulatórios médicos, administrar os serviços do Banco de Sangue Municipal; administrar as atividades do serviço de farmácia do município; supervisionar as atividades hospitalares, a cargo do Município; atuar em convênio com órgãos federais e estaduais, para a execução dos programas do SUS (Serviço Único de Saúde); executar a fiscalização do exercício profissional; exercer a vigilância sanitária e epidemiológica.

§ Único - A Secretaria Municipal da Saúde é composta dos seguintes órgãos:

- 3.1 Departamento de Administração Hospitalar
 - 3.1.1 Seção Administrativa
 - 3.1.2 Seção de Serviços Gerais
 - 3.1.3 Seção de Almoxarifado Hospitalar
- 3.2 Departamento de Assistência à Saúde
 - 3.2.1 Seção de Serviços Médicos
 - 3.2.2 Seção de Serviços Odontológicos
 - 3.2.3 Seção de Ambulatórios
- 3.3 Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica
 - 3.3.1 Seção de Controle de Alimentos
 - 3.3.2 Seção e Estabelecimentos de Saúde e Serviços Profissionais

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Art. 23 - A Secretaria Municipal de Obras compete executar e fiscalizar a execução de obras públicas municipais; conservar os prédios da municipalidade; construir praças e vias públicas, parques e jardins; manter as plantas cadastrais dos prédios municipais; executar e fiscalizar os serviços de pavimentação de ruas e logradouros; administrar a usina de asfalto; executar serviços de carpintaria e marcenaria; executar e manter rede de esgotos pluviais; executar e manter a rede de iluminação pública.





Prefeitura Municipal de Guaiba ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

"O povo construindo cidadania" Gestão 2001/2004

§ Único - A secretaria municipal de obras é composta dos seguintes órgãos:

- 4.1 Coordenadorias
 - 4.1.1 Coordenadoria da Zona Norte
 - 4.1.2 Coordenadoria da Zona Sul
 - 4.1.3 Coordenadoria da Zona Oeste
 - 4.2 Departamento de Engenharia
 - 4.2.1 Seção de Projetos
 - 4.2.2 Seção de Obras Civis
- 4.3 Departamento de Estradas de Rodagem
 - 4.3.1 Seção de Máquinas Rodoviárias
 - 4.3.2 Seção de Serviços Auxiliares
- 4.4 Departamento de Serviços Urbanos
 - 4.4.1 Seção de Pavimentação
- 4.5 Departamento de Iluminação

5. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 24 - Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente orientar, coordenar e controlar a execução da política de desenvolvimento agropecuário e ambiental do Município; coordenar as atividades relativas à produção primária e abastecimento público; prestar assistência agronômica e veterinária ao pequeno agricultor e criador; incentivar as atividades referentes ao meio ambiente; manter programas de atividades específicas próprias, elaborando-os em convênio com outros órgãos afins, inclusive organizações não governamentais; promover o combate à raiva canina; promover certames e exposições de produtos agrícolas e pecuários; desenvolver campanhas de esclarecimentos à opinião pública sobre o meio ambiente, seu controle, finalidade, causas e efeitos; o recolhimento e destinação final do lixo; administrar os cemitérios municipais; administrar os serviços de arborização e ajardinamento das vias públicas, parques e jardins; fiscalizar a poluição ambiental em estabelecimentos comerciais e industriais, quanto ao nível de ruído, qualidade do ar e da água, e outros fatores atinentes; desenvolver programas de controle da erosão, da poluição ambiental e ao uso de defensivos agrícolas e suas conseqüências; desenvolver atividades relativas à limpeza pública.

- § Único A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é composta dos seguintes órgãos:
 - 6.1 Departamento de Produção Animal e Vegetal
 - 6.1.1 Seção de Produção Animal
 - 6.1.2 Seção de Produção Vegetal
 - 6.2 Departamento Ambiental
 - 6.2.1 Seção de Parques e Praças
 - 6.2.2 Seção de Cemitério Público





Prefeitura Municipal de Guaiba ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

"O povo construindo cidadania" Gestão 2001/2004

6.2.3 - Seção de Controle Ambiental

6.3 - Departamento de Limpeza Pública

6.3.1 - Seção de Lixo

6.3.2 - Seção de Vias e Áreas Públicas

6. SECRETARIA DE TURISMO, DESPORTO E CULTURA

Art. 25 - Compete à Secretaria Municipal de Turismo, Desporto e Cultura promover e incentivar atividades artísticas, elaborar calendário anual de atividades e fatos turísticos; incentivar a indústria hoteleira do Município; levantar e manter os locais verdes de valor histórico e turístico no Município de Guaíba; promover atividades desportivas no Município; promover, estimular, orientar e fiscalizar as práticas esportivas do Município; propor a realização de exposições e certames; estimular os esportes amadores no Município; administrar os ginásios de esportes, campos e canchas esportivas de propriedade do Município; administrar a biblioteca pública Municipal; zelar pelo patrimônio artístico e histórico do Município; organizar e estimular a realização de festejos cívicos, sócio-econômicos e folclóricos de caráter local e regional; promover realizações culturais no Município, assim como promoções artísticas; incentivar as atividades da Casa de Cultura, Museu Municipal e espaços culturais.

§ Único - A Secretaria Municipal de Turismo, Desporto e Cultura é composta dos seguintes órgãos:

7.1 - Departamento de Turismo

7.2 - Departamento de Esportes

7.2.1 - Seção de Esportes Amadores

7.2.2 - Seção de Recreação e lazer

7.3 - Departamento de Cultura

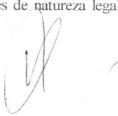
7.3.1 - Seção de Biblioteca Municipal

7.3.2 - Seção de Museu Municipal

7.3.3 - Seção de Espaços Culturais

7. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO

Art. 26 - Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, orientar, coordenar e controlar a execução da política de desenvolvimento industrial e comercial no Município; administrar e implantar áreas destinadas à indústria e comércio; orientar a localização e coordenar a instalação de unidades industriais e comerciais de acordo com as áreas destinadas a estes fins; permitir e autorizar o uso de próprios municipais sob sua administração, destinados à exploração comercial; controlar o comércio transitório e as atividades de prestação de serviços em geral; fiscalizar o cumprimento das disposições de natureza legal no que diz respeito a sua área de competência, bem como







Gestão 2001/2004

aplicar sanções aos infratores; articular com os agentes financeiros estatais, no sentido de proporcionar aos munícipes, acesso às linhas de crédito dos programas de geração de emprego e renda do Ministério do Trabalho e do Fundo de Amparo ao Trabalhador; desenvolver ações para identificar carências de qualificação profissional e propor convênios com organismos estaduais, federais e com entidades especializadas em formação e qualificação de mão-de-obra e do seguro desemprego; desenvolver ações de apoio ao desenvolvimento do trabalho, junto às organizações de trabalhadores e dos empregadores; desenvolver estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do trabalho; elaborar e acompanhar projetos e programas que tenham como objetivo a ampliação das oportunidades de trabalho.

- § Único A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego é composta dos seguintes órgãos:
- 8.1- Departamento de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Econômico e de Relação Empresarial
- 9.1 Departamento de Formação, Qualificação de Pessoal e de Geração de Emprego
- 9.2 Departamento de Geração de Projetos para Micro, Pequena e Média Empresas
- 8. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO **URBANO**
- Art. 27 Compete à Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, orientar e dirigir a elaboração de políticas e programas relativos à habitação de cunho social; coordenar a implantação de núcleos urbanos de cunho social; articular com organismos públicos e privados, estaduais, federais e internacionais, na busca de recursos para implantação de habitações e urbanização de áreas para população de baixa renda; manter vigilância e ações preventivas para evitar a ocupação irregular das áreas públicas, manter cadastro atualizado de áreas com ocupação irregular ou de risco e de suas populações; orientar e dirigir a execução de planos e programas referentes ao desenvolvimento urbano no Município, visando sua permanente atualização; articular com organismos de planejamento regional metropolitano e estadual visando a compatibilização de aspectos comuns; fiscalizar a aplicação dos Códigos de Posturas e de Obras.
- § Único A Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano é composta dos seguintes órgãos:
- 9.1 Departamento de Habitação
- 9.1.1 Seção Social
- 9.1.2 Seção de Projeto
- 9.1.3 Seção Operacional







Prefeitura Municipal de Guaiba ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

"O povo construindo cidadania" Gestão 2001/2004

- 9.2 Departamento de Expediente
- 9.3 Departamento de Desenvolvimento Urbano
- 9.2.1- Seção Técnica
- 9.2.2- Seção de Fiscalização
 - 9. SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
- Art. 28 Compete a Secretaria Municipal da Ação Social elaborar a política de ação social no município; desenvolver programas destinados a oportunizar atendimentos preventivos, terapêuticos e assistenciais, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos carentes em geral, através de um processo sócio-educativo que permita à criança e ao adolescente, um desenvolvimento integral e uma preparação para ingresso na sociedade produtiva e, aos demais assistidos, melhores condições de vida, buscando sempre a harmonia e bem estar social; manter convênios com outros órgãos públicos e particulares para a execução dos programas assistenciais, superintender as distribuições de auxílio para alimentação e agasalho, a melhoria de habitação e outros benefícios voltados à população carente; apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelos conselhos municipais que atuam na área social.
- § Único A Secretaria Municipal da Ação Social é composta pelos seguintes órgãos:
- 10.1 Departamento de Estudos, Programas e Projetos
- 10.2 Departamento de Triagem, Atendimento e Orientação
- 10.3 Departamento de Assistência Social

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 29 Ficam criados todos os órgãos competentes da organização administrativa da Prefeitura Municipal de Guaíba, mencionados nesta Lei.
- § Primeiro São considerados os órgãos já existentes que devem se ajustar à nova organização administrativa.
- **§ Segundo -** Os novos órgãos serão instalados de acordo com as necessidades e conveniências da administração.
- Art. 30 Os órgãos competentes da organização administrativa da Prefeitura Municipal de Guaíba, constantes desta Lei, tem o seguinte escalonamento:
 - 1- Secretaria
 - 2- Coordenação
 - 3- Departamento/Grupo Funcional
 - 4- Seção





Gestão 2001/2004

§ único - O Prefeito Municipal, mediante decreto, criará órgãos de nível inferior à seção, sempre que a necessidade do serviço assim exigir.

Art. 31 - O Prefeito Municipal aprovará por decreto o Regulamento Interno da Prefeitura, o qual discriminará a competência dos órgãos mencionados no art. 11º, bem como as atribuições específicas das funções de chefias subordinadas.

Art. 32 - No Regimento Interno, de que trata o artigo anterior, o Prefeito poderá delegar competências às diversas secretarias, para proferir despachos decisórios.

§ único - A delegação de que trata presente artigo fica regida pelos princípios gerais estabelecidos na Lei Orgânica do Município de Guaíba.

Art. 33 - Na proporção que forem instalados os órgãos da organização administrativa da Prefeitura, previstas nesta Lei, ficará o Executivo Municipal autorizado a tomar as providências relativas a pessoal, verbas, atribuições e instalações.

Art. 34 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações constantes no orçamento do presente exercício e nos subsequentes.

Art. 35 - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, ficando revogadas as leis nº 1.352 de 31 de janeiro de 1.997, 1.397 de 02 de março de 1.998 e 1.418 de 08 de julho de 1.998.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍBA, em 03 de setembro de 2001

MANOEL STRINGHINI Prefeito Municipal

REGISTRE-SÉ E PUBLIQUE-SE

VALDO NOBREGA RIBEIRO, Sec de Adm. e Rec. Humanos.







Oficio/GAB/413/2002

Guaíba (RS), 01 de agosto de 2.002.

Excelentíssimo Senhor Presidente

Ao cumprimentá-lo, estamos enviando para apreciação desta Colenda Câmara o "Substitutivo Projeto de Lei nº 038/2002 que "Dispõe sobre a alteração da Lei que regulamenta a Estrutura Administrativa Municipal".

O presente substitutivo ao projeto de Lei tem como objetivo a alteração melhor adequar, inclusive a nomenclatura dos departamentos definidos e nominados no parágrafo único do artigo 3º do presente projeto de Lei que altera o artigo 28da Lei 1.608 de 03.09.2001. Sendo necessária tal alteração para que efetivamente os recursos advenham das Administrações Estadual e Federal.

Próprias Administrações que repassarão os recursos.

Gizamos inclusive que tais alterações foram sugeridas pelas

Sendo o que nos apresentava para o momento e contando com o apoio de sempre, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

MANOEL STRINGHINI
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Ver. OLMES OSCAR DA SILVEIRA
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Guaíba – RS

RECEBIDO 1º/08/02 17:17 HOBAS SECRETARIA





SUBSTITUTIVO PROJETO DE LEI Nº 038/2002

alteração sobre da 1.608/2001 que regulamenta a Estrutura Administrativa Municipal"

MANOEL STRINGHINI, Prefeito Municipal de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

FACO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, no uso de minhas atribuições legais e que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º - O item "9" do inciso II do artigo 11 da Lei que reorganiza a estrutura administrativa Municipal, aprovado pela Lei 1.608 de 03 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

66	A	\I	t		1	-	*												٠						
I	Π	-				 au		21	20.		0.0							219					-2		

- 9. Secretaria Municipal de Assistência Social;" (NR)
- Art. 2º O item 9 do inciso II do capítulo III da Lei que reorganiza a estrutura administrativa Municipal, aprovado pela Lei 1.608 de 03 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

- "9. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL" (NR) Art. 3º O artigo 28 da Lei que reorganiza a estrutura administrativa Municipal, aprovado pela Lei 1.608 de 03 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

 "Art. 28 Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social elaborar a política de assistência social no município; desenvolve programas destinados a oportunizar atendimentos atendimentos
 - programas destinados a oportunizar atendimentos preventivos, terapêuticos e assistenciais, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos carentes em geral, através de um processo sócio-educativo que en geral, através de um processo sócio-educativo en geral, através de um processo sócio-educativo en geral en ge







permita à criança e ao adolescente, um desenvolvimento integral e uma preparação para ingresso na sociedade produtiva e, aos demais assistidos, melhores condições de vida, buscando sempre a harmonia e bem estar social; manter convênios com outros órgãos públicos e particulares para a execução dos programas assistenciais, superintender as distribuições de auxílio para alimentação e agasalho, a melhoria de habitação e outros benefícios voltados à população carente; apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelos conselhos municipais que atuam na área social.

§ Único – A Secretaria Municipal de Assistência Social é composta pelos seguintes órgãos:

- 10.1 Departamento de planejamento, capacitação e avaliação;
- 10.2 Departamento de programas, projetos e serviços;
- 10.3 Departamento dministrativo" (NR)

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍBA, em

MANOEL STRINGHINI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.







COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER n.º

PROCESSO N.º 038/02

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina:

Solicitamos parecer jurídico da casa.

Sala das Comissões, em 07/08/02.

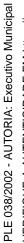
Ver. Flavio Piccoli

Presidente

Ver. Bica Machado Filho

Relator

Ver. Luis C. L. Ferreira







PARECER JURÍDICO 44/2002

" Projeto de Lei nº 038/02, do Executivo, alterando a denominação de secretaria municipal. "

O projeto de lei em causa tem como finalidade exclusiva a modificação da denominação da atual Secretaria Municipal de Ação Social, para Secretaria Municipal de Assistência Social.

Através de substitutivo, é feita modificação na nomenclatura de departamentos que constaram do projeto original.

A iniciativa é legítima e as modificações propostas, segundo justificativa, atendem a exigências da Administração Federal para a destinação de verbas.

Está o presente projeto, assim, em condições de ser apreciado pelas comissões respectivas.

É o nosso parecer,

s.m.j.

Em, 16 de agosto de 2002

Luiz Carlos Varella Prati Procurador Geral







to plan

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER n.º

PROCESSO N.º 038/02

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina:

O projeto em analise dispõe sobre a alteração da Lei 1608/2001, que regulamenta a estrutura administrativa Municipal. A fls 17/19 o Executivo enviou substitutivo ao projeto, com os esclarecimentos pertinentes. Pelo verificamos somente as nomenclaturas constantes do art. 3º foram alteradas, no sentido de adequarem-se aquelas obrigatórias e necessárias para que o próprio município receba recursos advindos da esfera estadual e Federal. O projeto não contraria norma legal, pelo que nos aprece bem elaborado encontra-se pronta para apreciação, discussão e votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2002.

Ver. Flavio Piccoli

Presidente

Ver. Bica Machado Filho Relator

Ver. Luis C. L. Ferreira







COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇO PÚBLICO

PARECER Nº

PROCESSO Nº 038/02

<u>REQUERENTE</u>

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina:

Favorável a tramitação do presente projeto que altera a lei 1608/2001. e regulamenta a estrutura administrativa Municipal Encaminhamos ao Plenário para votação.

Salas das Comissões em, 21 08 02

Ver. Flavio Piccoli

Presidente

Ver. Rodrigo Soares

Relator

Vera Rejane Debom

Secretária









Of. nº 109/02

Guaíba, 28 de agosto de 2002.

Senhor Prefeito:

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia do Projeto de lei nº 036/02; da redação final do Projeto de lei nº 037/02; e dos substitutivos aos Projetos de lei nºs 033 e 038/02, aprovados em sessão ordinária realizada em 27 do corrente, para fins de sanção desse Executivo.

Outrossim, gostaríamos de solicitar-lhe que, se sancionados forem os projetos, nos seja enviada uma via das leis correspondentes a fim de integrar o arquivo de nossa Secretaria.

Sem mais, subscrevemo-nos cordialmente.

Ver. Olmes Oscar da Silveira Presidente

Exm°. Sr. Manoel Stringhini Prefeito Municipal NESTA

